

Dicionário de ciências sociais

Há anos o Instituto de Documentação vem trabalhando no preparo de um *Dicionário de ciências sociais*, em colaboração com a Unesco, que já havia patrocinado obras do mesmo gênero em inglês, depois em espanhol. Hoje podemos informar que o trabalho do INDOC já se acha em fase final, devendo os originais entrar em composição gráfica em meados deste ano.

O *Dicionário de ciências sociais* FGV/Unesco terá cerca de 1.600 verbetes, escritos por mais de 450 especialistas, dos quais cerca de 60 são brasileiros, e será a primeira obra do gênero a ser publicada para o mundo de língua portuguesa.

Para que os leitores tenham uma idéia do que será esse dicionário, publicamos nesta edição o verbete *Correção monetária*, de um *Grupo brasileiro* assim como outros verbetes similares nas próximas edições deste periódico.

Correção monetária

A. Também denominada *indexação*.

B. *Correção monetária*, segundo Mário Henrique Simonsen, é “o reajuste periódico e automático de determinados valores de acordo com determinados índices, que traduzem a taxa de inflação”, e é caracterizada pela determinação legal destes reajustes.

Evidentemente, sua adoção é recomendada diante de um processo inflacionário, quando se processa perda do poder aquisitivo da moeda.

C. O princípio da correção monetária foi introduzido no Brasil a partir de julho de 1964, pelo Decreto-lei n.º 4.357, aplicando-se inicialmente aos créditos fiscais e às obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Depois, com a Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional da Habitação, estendeu-se a correção monetária aos empréstimos concedidos pelo sistema financeiro habitacional. Foi também adotada pela Lei n.º 4.591, de condomínio e incorporações, de 16 de dezembro de 1964, nos débitos trabalhistas em atraso,

nos pagamentos de indenizações de prêmios de seguro em atraso, nas locações urbanas, nas desapropriações etc.

No campo dos reajustes salariais optou-se inicialmente por um sistema de correção monetária diferente do automático. Adotou-se para o cálculo uma mistura de inflação verificada com inflação projetada. A fórmula estabelecida para o cálculo dos reajustes salariais determinava que o “salário real médio fosse igual à média verificada nos 24 meses anteriores, acrescida de uma pequena percentagem representativa do aumento da produtividade”. A fórmula já levava em conta o chamado “resíduo inflacionário”, o que equivalia a uma previsão da inflação futura. Em 1968 o governo modificou a fórmula de reajuste salarial, estabelecendo que, quando o “resíduo inflacionário” dos 12 últimos meses fosse subestimado, os salários do último ano “seriam computados não pelo seu nível efetivo, mas pelo que teria prevalecido caso o resíduo inflacionário tivesse correspondido à alta efetiva do custo de vida”. Entretanto, com a aceleração da inflação em 1974, novas modificações foram introduzidas no campo da política salarial. O novo salário passou a ser computado de maneira “a corresponder em moeda do mês do reajustamento do salário médio real dos últimos 12 meses, multiplicado por três coeficientes: o relativo à metade do resíduo inflacionário previsto, o correspondente ao aumento da produtividade, o relativo à subestimativa da metade do resíduo inflacionário nos últimos 12 meses”.

Diante da persistência de elevadas taxas de inflação e da necessidade de liberalização das relações trabalhistas, novas mudanças foram promovidas na política salarial, através da Lei n.º 6.708, de 30 de outubro de 1979. Adotou-se a correção automática dos salários a intervalos mais curtos — inicialmente seis meses. A base da correção dos salários é o comportamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) computado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A nova lei salarial prevê a aplicação de percentuais mais elevados para corrigir os rendimentos das faixas inferiores, o que atua no sentido de impedir a ampliação das disparidades de renda relativa. Além disso, anualmente o aumento de salário deve ter como base o acréscimo de produtividade da categoria profissional.

O princípio da correção monetária foi, a partir de agosto de 1968, estendido à política cambial. Adotou-se então o sistema de minidesvalorizações cambiais, ajustando-se a taxa de câmbio cruzeiro/dólar norte-americano pelo diferencial de inflação entre Brasil e EUA.

D. Vários benefícios são atribuídos ao estabelecimento da correção monetária, destacando-se entre eles: *a)* redução dos efeitos redistributivos provocados pela aceleração da inflação, tais como ganhos de devedores às custas de credores, perdas de renda real de assalariados etc.; *b)* diminuição dos efeitos colaterais adversos — aumento de desemprego e redução da taxa de crescimento da economia — gerados por uma política monetária contracionista, na medida em que possibilita aproximação mais rápida da inflação esperada à inflação efetiva; *c)* im-

pedir a tributação de lucros nominais e portanto ilusórios, fazendo com que a incidência do imposto de renda recaia unicamente sobre os lucros reais; d) restabelecimento da atratividade dos títulos de renda fixa, em particular dos títulos da dívida pública, e da aquisição de imóveis para aluguel; e) no caso brasileiro especificamente houve a recuperação da rentabilidade e conseqüentemente da capacidade de investimento das empresas produtoras de serviços de utilidade pública, pois as tarifas passaram a ser cobradas em função do custo histórico dos serviços corrigido monetariamente; f) crescimento acelerado das exportações, na medida em que a extensão da correção monetária à taxa de câmbio permitiu neutralizar o impacto da inflação doméstica sobre a receita real dos exportadores.

D.1 A principal crítica feita ao instituto da correção monetária é de que ela realimenta a própria inflação, transformando-a “numa moléstia tolerável mas quase inseparável do organismo econômico”.

A essa crítica, alguns economistas, entre os quais Mário Henrique Simonsen, argumentam que “o grau de realimentação do processo inflacionário depende da extensão da correção monetária”, e é necessário frisar que o Brasil não adota um sistema de correção monetária integral.

“Deve-se entender — segundo Mário Henrique Simonsen — que a correção monetária deve ser reservada aos setores que mais se distorcem com a alta inflação, jamais se transformando numa regra geral de reajuste de preços.” E que qualquer processo inflacionário, com ou sem correção monetária, traz, no seu próprio bojo, componentes de realimentação. Além do mais a correção monetária impede o estancamento súbito da alta dos preços, embora não impeça o combate à inflação, apenas restringindo sua velocidade.

Em 1976, alterou-se a fórmula de correção monetária empregada no Brasil, justamente com o objetivo de reduzir o efeito realimentador da inflação nela incorporado. Assim, de acordo com a nova fórmula de cálculo, apenas 80% do reajuste da correção monetária passaram a captar o efeito total da inflação passada e o restante variava de acordo com uma taxa de inflação prefixada de 15%. Desse modo, na eventualidade de uma desaceleração do processo inflacionário, tal mecanismo impediria que a correção monetária retardasse o declínio das taxas de inflação.

Outra crítica levantada refere-se ao fato de que numa economia indexada são criadas automaticamente limitações às mudanças de *preços relativos*, fator essencial para promover a alocação eficiente dos recursos numa economia. No Brasil tem-se procurado contornar esse problema por meio da eliminação do impacto da elevação de preços relativos de alguns bens, como produtos agrícolas em 1975 e o petróleo em 1979, sobre o índice de preços que serve como base de cálculo para a correção monetária. Conseqüentemente, foi instituído o índice de preços por atacado (disponibilidade interna) isento de variações acidentais.

Grupo brasileiro

Colaboram com o Conselho Editorial:

Adroaldo Moura da Silva

Antonio Carlos B. Lemgruber

Antonio Carlos Porto Gonçalves

Antonio Salazar Pessoa Brandão

Celso Luiz Martone

Clóvis de Faro

Edy Luiz Kogut

Fernando de Holanda Barbosa

José Júlio de Almeida Senna

Paulo Rabello de Castro

Raul José Ekerman

Ricardo Varsano

Roberto da Cunha Castello Branco

Uriel de Magalhães